

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS ADOTADAS PELO ESTADO MINEIRO ENTRE OS ANOS 1960-2000

Mariana Medeiros Alves¹; Juliana de Oliveira Flausino²; Joyce Gotlib³

RESUMO

Neste trabalho tivemos como objetivo mapear as políticas fundiárias desenvolvidas pelo governo mineiro a partir dos anos sessenta até o ano dois mil do século passado. Para isto, lançamos mão de uma pesquisa documental e bibliográfica, a fim de reunir dados referentes à atuação do governo estadual no que tange à Reforma Agrária, regularização fundiária e desenvolvimento rural. Por meio do processo investigativo, tomamos conhecimento do caráter pioneiro da extensão rural em Minas Gerais e da importância da Fundação Rural Minas para o desenho das políticas fundiárias desenvolvidas nos anos setenta e oitenta.

Palavras-chave:

Campepinato; Minas Gerais; Políticas Públicas; Reforma Agrária.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Antes e depois do SEDA: uma análise preliminar das estratégias adotadas pelo estado mineiro em prol da reforma agrária” desenvolvido entre os meses de junho de 2017 a janeiro de 2018, vinculado institucionalmente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

A questão da reforma agrária no Brasil tem sido abordada de forma sistemática nas Ciências Sociais desde os anos setenta, tendo como principais temas as lutas no campo, a organização dos trabalhadores rurais, os movimentos sociais rurais e os conflitos com o agronegócio.

Percebe-se também que a análise das ações encabeçadas pelo estado mineiro no tocante à terra e a reforma agrária, e, especificamente, à agricultura familiar, faz-se mister, haja vista a necessidade de se verificar a mudança de posição ocupada pela agricultura familiar na agenda do Estado, após a mudança de governo, permitindo visualizar em que medida a criação de um órgão estatal como a Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), com orçamento próprio contribui, efetivamente, para a garantia dos direitos dos trabalhadores do campo e para o engrandecimento de projetos políticos não hegemônicos.

¹ Voluntária, PIVIC/NIPE, IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas. E-mail: marianamalves96@gmail.com

² Voluntária, PIVIC/NIPE, IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas. E-mail: juflausina@gmail.com

³ Orientadora, IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas. E-mail: joyce.gotlib@ifsuldeminas.edu.br

Por último, a pesquisa em questão também visa contribuir para a compreensão da existência do Estado enquanto um sujeito histórico, que sofre mudanças ininterruptas atreladas, principalmente, ao trânsito de indivíduos dentro e fora do Estado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos no projeto foram realizadas pesquisas e análises em bibliografias e em fontes documentais relacionadas às temáticas de reforma agrária, políticas públicas, luta pela terra, todas relativas ao contexto mineiro. Realizou-se, também, uma pesquisa documental em arquivos públicos, relatórios de anuais, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas (censos), pareceres, leis e decretos, gráficos e mapas disponíveis em sítios eletrônicos oficiais, acervos digitais de instituições públicas e privadas que lidam com a temática em questão.

Na primeira fase da investigação, realizou-se leituras para nos aproximarmos da temática fundiária brasileira, com a pretensão de conhecer o debate teórico já consagrado acerca dos dilemas da reforma agrária no Brasil, relativos tanto ao contexto contemporâneo como aos cenários anteriores (pós 1940).

Na segunda fase da investigação, por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram realizadas buscas em trabalhos acadêmicos já produzidos sobre a política agrária no Estado de Minas Gerais. Na qual averiguamos a escassez de material abordando as questões de políticas públicas em prol da terra no Estado, momento dificultoso em nossa pesquisa devido à falta de material disponível sobre o contexto mineiro.

Na terceira fase, a pesquisa documental teve como foco identificar os documentos oficiais acerca do debate em torno da reforma agrária no âmbito estadual mineiro, considerando as iniciativas do poder executivo, especialmente aquelas relativas aos órgãos que executam as políticas fundiárias no estado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do mapeamento da literatura existente sobre a questão agrária em Minas, relativo à primeira fase da investigação constatou que o objeto reforma agrária sofreu múltiplas ressignificações desde os anos 1920 (Medeiros,1993). Além disso, a literatura evidencia a luta dos camponeses e suas articulações com movimentos sociais como importante referência para a elaboração do projeto de reforma agrária, assim como as ações e políticas públicas direcionadas para esta temática.

10ª Jornada Científica e Tecnológica

7º Simpósio da Pós-Graduação

ISSN 2319-0124

Na segunda fase da pesquisa, durante o processo de elaboração da listagem dos artigos, tccs, teses e dissertações que abordam essa problemática, observou-se que a grande parte dos pesquisadores com foco no rural tem como objeto de estudo os movimentos sociais de luta pela terra e os conflitos fundiários envolvendo sem terra e fazendeiros em Minas Gerais. Nesse sentido, notamos que os trabalhos acadêmicos existentes desenvolvem, quase em sua totalidade, estudos sobre o campesinato brasileiro, com escassas publicações abordando as iniciativas estatais direcionadas ao rural.

Assim, procuramos direcionar nossa investigação na terceira fase para mapear as ações estatais promovidas pelo estado mineiro desde a segunda metade do século XX. Nesta empreitada, dois fenômenos foram revelados: o pioneirismo da extensão rural neste estado, datada de 1948 e as ações promovidas pela RURALMINAS, e que teve como empreendimento de destaque o Projeto Jaíba.

A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), foi fundada em 1948 com o intuito de fomentar técnicas de agricultura e economia doméstica para os trabalhadores rurais. Esta entidade era formada por profissionais advindos da UREMG (Universidade Rural de Minas Gerais) e da ESAL (Escola Superior de Agricultura de Lavras) e atuou também na concessão de empréstimos financeiros aos pequenos e médios proprietários. (RIBEIRO, 2000).

De acordo com Ribeiro (2000) as políticas fundiárias adotadas neste período receberam incentivos do governo norte americano da época. Esta cooperação denominou-se AIA (American International Association for Economic and Social Development), estimulando a permanência, o desenvolvimento dos agricultores e a construção de vínculos com o mercado financeiro (direcionado aos Estados Unidos) que atenda ao desenvolvimento rural.

Além disso, conforme aponta Portilho (1999), esta prática encabeçada pela ACAR contribuiu para o processo de dominação e alienação dos camponeses, na medida em que desapropria dos trabalhadores e posseiros seus saberes e práticas por técnicas ditas “racionalis” e científicas”.

Segundo Martins (2008), a RURALMINAS - Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário, fundada em 1966, pertencia à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais surgiu inicialmente com o objetivo de desenvolver o PLANOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Estado.

Dentre os propósitos do PLANOROESTE da RURALMINAS, estava à implantação do Projeto Jaíba, uma política pública de irrigação que foi executada com o intuito de alavancar o desenvolvimento agrícola na região norte de Minas Gerais (local de execução do Projeto Jaíba de irrigação). As obras do Projeto foram divididas em etapas, algumas iniciadas na década de 70 e já finalizadas e outras ainda se encontram em andamento. Durante o período de execução, a obra ficou estagnada devido a influências externas ligadas a alteração da administração pública variando em cada período de execução dessa política de irrigação. (MARTINS, 2008)

Em seguida, entre as décadas de 50, 60 e 70, observamos um número expressivo de órgãos criados pelo governo mineiro, direcionados para o desenvolvimento de políticas no campo, seja para atender os pequenos, médios e grandes produtores.

4. CONCLUSÕES

A partir do mapeamento realizado durante o desenvolvimento da pesquisa; notamos que o silêncio da literatura acerca das iniciativas estatais não significa de modo algum a inexistência de ações direcionadas ao rural, como procuramos demonstrar ao apresentarmos os casos supracitados.

No entanto, as iniciativas levadas a cabo pelos órgãos estaduais fundiários, atendiam na maioria das vezes, aos interesses dos empresários do agronegócio. Mesmo com a grande quantidade de aparatos burocráticos criados, com destaque para a RURALMINAS, nota-se a pouca atenção dada à realização da reforma agrária e o desenvolvimento dos pequenos agricultores.

Mesmo assim, entendemos que a criação de um órgão regulamentador ou executor de políticas públicas pode, por vezes, assumir diferentes papéis ressignificando os objetivos de suas ações, incluindo os beneficiários das políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS

MARTINS, Simone. **Análise da implementação da política nacional de irrigação no norte de Minas Gerais: o caso do Projeto Jaíba**. Viçosa, UFV.2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões**, 1993. Disponível em <<http://www.reformaagricariaemdados.org.br/Medeiros.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

PORTILHO, Maria Sibebe Brasileira. **Extensão Rural: História e prática educativa informal**. Educação e Filosofia, 13(26) 129-140. Jul/dez 1999.

RIBEIRO, José Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo, Annablume, Minas Gerais, CPP/Emater,2000.